

As possibilidades do perspectivismo nietzscheano no Jornalismo online

Ana Maria Brambilla*

Índice

1 Introdução	1
2 Objetividade e metafísica	3
3 Perspectivismo: a transvaloração nas muitas verdades	4
4 Objetividade metafísica <i>versus</i> Jornalismo em devir	6
5 Referências bibliográficas	10

Resumo

O presente artigo propõe uma reflexão a partir do tradicional questionamento da objetividade jornalística pela vertente filosófica do perspectivismo nietzscheano, com o intuito de dissertar acerca do Jornalismo online como forma diferenciada da práxis jornalística – um território marcado pela fluidez de informações, pela relativização de verdades e sobretudo pela interpretação plural e particular do cotidiano que serve de fonte primária ao trabalho da imprensa. Tais flexibilizações visíveis no Jornalismo online quando comparado ao tradicional transparece graças à potencialidade de interação

*Mestranda em Comunicação e Informação pela Fabico/UFRGS, bolsista da CAPES (ambrambilla@terra.com.br)

mútua¹ permitida pelas novas tecnologias. O olhar do internauta agregado ao conteúdo jornalístico abre margens à adoção de perspectivistas capazes de reconfigurar a concepção de verdade e mesmo os pilares do Jornalismo convencional.

1 Introdução

A busca por categorias jornalísticas no exercício da profissão tem na **objetividade** seu foco de maior atenção e, talvez, maior polêmica. A partir de uma análise realizada em 21 livros e manuais da área, Hohlfeldt (2001) aponta a objetividade como a categoria mais referenciada pelos autores na indicação do exercício ideal da atividade de imprensa. O Manual de Redação do jornal O Estado de São Paulo apresenta, em suas primeiras linhas, a orientação: “Seja claro, preciso, direto, objetivo e conciso” (Martins Filho, 1997). Para atender a estas posturas o texto jornalístico deve passar pela construção de frases na ordem direta, identificação quando possível e tratamento impessoal na citação

¹ Segundo Alex Primo (1998) interação mútua acontece em um sistema aberto caracterizado pela negociação das mensagens entre os interagentes, onde a comunicação é construída constantemente pelos sujeitos engajados em um diálogo de forma não reativa ou causal.

de fontes, uso de declarações entre aspas, suprimimento da conjugação em primeira pessoa entre outras normas de conduta e estilo. Ao jornal Zero Hora (1994), o alcance da objetividade passa pela imparcialidade e pela precisão, o que recomenda aos jornalistas apresentarem “todos os lados envolvidos no assunto, sem qualquer preconceito, favorecimento ou perseguição” (p. 17). O texto ainda salienta: “Quando o jornalista tiver algum tipo de envolvimento pessoal ou emocional com o fato ou entrevistado, deve declarar-se impedido de realizar a tarefa” (p.17). É importante que se sublinhe a anúncio de tais limites, pois sua totalidade pode ser uma quimera no cotidiano. Quanto à precisão, “o jornalista de ZH tem o dever de reproduzir com fidelidade declarações ou situações que testemunhou” e ainda “conferir a veracidade de informações que possam produzir controvérsia” (p. 19). Percebe-se nitidamente que o discurso pretende-se funcional ao considerar a existência de **uma** realidade, de **uma** verdade e que o Jornalismo, sobretudo, compromete-se com sua fiel **reprodução**. Marco Antônio Baggio, no manual de redação da Rádio Gaúcha (Klockner,1997) declara que a meta da emissora é entregar ao ouvinte a notícia bem selecionada, redigida em texto direto – o que presume objetividade, clareza e concisão – “apresentada de forma inteligente, com a credibilidade e a dinâmica que temos a perseguir e que é nosso compromisso permanente” (p. 17). Por outro lado, o manual de redação da Folha de São Paulo (2001), em seu glossário de procedimentos deontológicos, abre o verbete da objetividade declarando que esta é uma prática impossível no Jornalismo. Obviamente, o texto refere-se a uma objetividade absoluta, pois em seguida as recomendações

visam maneiras de alcançar níveis maiores de objetividade.

“Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções.

Isso não o exime, porém, da obrigação de ser o mais objetivo possível.

Para relatar um fato com fidelidade, reproduzir a forma, as circunstâncias e as repercussões, o jornalista precisa encarar o fato com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse.” (p. 45-46).

O questionamento da objetividade nas rotinas produtivas dos *media* tradicionais já não se faz novidade no discurso acadêmico. Embora ainda encontre defensores fervorosos nas redações e entre os teóricos da área, a objetividade já foi relativizada, a exemplo do Manual de Redação da Folha de São Paulo, a uma variação de níveis. Remetido ao critério soberano da veracidade de uma notícia, o alcance da objetividade já não presume o estabelecimento de uma verdade, mas de várias visões do real, o que não implica no ceticismo de não haver verdade qualquer tampouco na generalização de considerar válida toda a interpretação do real.

Cabe recordar brevemente, que as origens da busca pela objetividade como categoria jornalística foi uma bandeira defendida pela imprensa norte-americana que espelhou o desenvolvimento dos padrões da

imprensa de inúmeros países, inclusive do Brasil. Ao sofrer as influências do progresso industrial, da democratização, do crescente índice de alfabetização e da expansão da economia de mercado a imprensa americana do século XIX, até então caracterizada pelo viés panfletário e politicamente comprometido de seus veículos, vê-se na obrigação de atender a um público cada vez mais heterogêneo, em busca de um produto jornalístico cuja comercialização fosse viabilizada por agradar a um número sempre maior de pessoas e não mais atender tão-somente a grupos políticos identificados com a tendência ideológica do jornal. Foi na década de 30 do século XIX que americanos, franceses e ingleses substituíram o Jornalismo politizado por uma imprensa atenta à imparcialidade das notícias, à isenção na abordagem dos fatos, à neutralidade e ao distanciamento do jornalista (Amaral, 1996).

Entre os fatores que contribuíram à heterogeneização do público leitor através da disseminação do hábito de ler jornais foi o surgimento da *penny press*, uma versão seminal do Jornalismo popular e de baixo custo, acessível a camadas mais largas da população. O pioneiro jornal do gênero, *New York Sun*, inaugurado em 1833, foi viabilizado pelo aperfeiçoamento de impressoras a vapor que permitiram reduzir o custo e acelerar a circulação das edições. Paralelamente, as primeiras agências de notícia apareciam para alimentar diários de diferentes regiões, com distintas orientações culturais. Desde a fundação da Havas, em 1835 e da Reuters, em 1851, o noticiário de agências assumiu a tarefa de oferecer um produto capaz de atender à demanda de mercados diversos, considerando a variedade de seus interesses, valores e conceitos sociais. Tal objetivo seria

alcançado desde que as notícias disponibilizadas às redações mantivessem o maior nível de isenção possível. Desde então, a neutralidade da informação, a imparcialidade e, como consequência, a objetividade passaram a ser perseguidas de modo incondicional pelas redações dos países desenvolvidos como modelo do bom Jornalismo.

Até a primeira metade do século XX, porém, o termo *objetividade* permanecia desconhecido ao meio jornalístico; revelação que aconteceria por ocasião da primeira Guerra Mundial, quando os estudos de Comunicação fortaleceram-se pela análise de propagandas ideológicas e, especialmente, quando os jornalistas destacados para cobrir os confrontos passaram a suspeitar dos fatos notoriamente trabalhados pelas equipes de propaganda de guerra dos governos (Amaral, 1996).

2 Objetividade e metafísica

Tratar os fatos com objetividade enquanto uma aproximação da realidade é uma premissa que não origina-se no Jornalismo, embora seja intrínseca ao ofício de imprensa. A Filosofia kantiana abre a discussão concebendo a objetividade como característica do conhecimento objetivo, entendimento sobre o objeto da experiência cuja identificação e descrição afasta qualquer traço de sensibilidade e de subjetividade, criando condições para verificar, medir e reproduzir os fenômenos através de uma observação controlada. Ao propor a idéia de metafísica, Immanuel Kant condicionou a visão de mundo à uma estrutura inata da mente humana orientada pelo tempo e pelo espaço. A metafísica pressupõe a essência das coisas contida na unidade de sua validação: a veraci-

dade. A busca pela verdade absoluta inerente à objetividade e alheia à qualquer espécie de interpretação ou pluralidade de olhar é o principal foco das críticas que Nietzsche dispara em oposição à metafísica kantiana. O filósofo alemão aponta os fundamentos como utopias, a começar pela verdade divina anunciada por Platão. Ora, se Deus inexistente na filosofia nietzscheana, toda a busca por certezas ou a vontade de verdade própria da ciência conduz a um auto-engano, à cegueira que alimenta a necessidade de crença nos homens de rebanho, o porto seguro do instinto de fraqueza que conserva religiões, convicções de todas as espécies e, sobretudo, a metafísica (Nietzsche, 2001).

Ao entender que a “coisa em si”, assim como o “conhecimento absoluto” e a “certeza imediata” encerram uma *contradictio in adjecto*, o filósofo reduz a pretensa realidade à representações utilitárias como respostas adequadas da imaginação às necessidades humanas – afinal, toda a pretensa “verdade” é oriunda de uma crença fortalecida pelo saber (Nietzsche, 1998). Se há o real, Nietzsche o concebe no domínio das paixões e dos desejos, algo que fale de perto aos instintos que orientam o pensamento humano, nascedouro da “vontade de poder” que sustenta os caminhos que levam o autor ao *perspectivismo*. Ao propor a noção de *perspectivismo*, Nietzsche suspeita de todos os fundamentos em um mundo onde todo o conhecimento não preexiste, mas é constituído pelo sujeito numa leitura particular.

3 **Perspectivismo: a transvaloração nas muitas verdades**

O *perspectivismo nietzscheano* tem início na proposta de *transvaloração de todos os valores* do homem, especialmente morais, desencadeada pelo anúncio da morte de Deus e no advento do superhomem anunciado pelo profeta-avatar *Zaratrústa, o ateu*. Fundamentado na genealogia da vontade de poder, o *perspectivismo* isenta o homem da abstenção opinativa – cuja grandeza seria bem traduzida pela pretensa imparcialidade no *Jornalismo* –, ou seja, é impossível não julgar. Assim, todo o olhar que o homem lança ao mundo assume a função de um julgamento que, como tal, implica numa avaliação feita pelo indivíduo sobre o fenômeno que vê e considera, necessariamente, o impacto de estímulos externos sobre seu modo de olhar. Melo Sobrinho (2004) identifica estes estímulos ou aquilo que muitos chamam de “mundo exterior” como as projeções das avaliações feitas no passado herdadas pelo homem; talvez critérios cuja repetição induza sua permanência sem, no entanto, confundirlos com qualquer garantia de verdade. Melo Sobrinho completa, enfatizando: “... tais avaliações *perspectivistas* são inexatas, indeterminadas, fluidas e totalmente simplificadas e contingenciais, e é assim que se tornam condições de existência” (p.3). Trata-se de julgamentos orientados pelo constrangimento, pelo hábito, pela necessidade ou ainda por uma inclinação natural.

A validação das inúmeras perspectivas na leitura do cotidiano traduzidas na forma de mensagem midiática circulante no cibere-

espaço, possibilitada tecnicamente pela potencialidade de interação mútua após um argumento largamente utilizado pelo discurso tecnológico, que associa essa auto-declarada liberdade de expressão à transparência e inteligibilidade, à democratização informacional, à instituição de uma ágora eletrônica onde o conhecimento é fruto de associações cooperativas construídas sobre os fortes pilares da boa vontade e da colaboração. Sfez (1994), porém, alerta para uma possível dobra de tais propósitos, que podem reverter-se em caráter de dominação ao serem difundidos e permitidos à totalidade da comunidade digital. Se todos podem publicar, tornar-se co-autores da mensagem midiática, não estariam fazendo-o muito mais por uma pulsão interior, pela satisfação de necessidades privadas ao invés da concepção onírica de um mundo informacionalmente democratizado? O questionamento procede se considerar-se a adesão ao processo interativo como uma jogada de disputa por poder, ainda que se trate de um poder contido na posse original da informação e no mérito de levá-la ao domínio social. Sfez embarca num pós-freudismo ao detectar que essa disputa de poder conduz à ressurreição do sujeito segundo a visão de Copérnico, onde o centro do homem está no próprio ser. É o “cogito” desmitificando os pressupostos socializantes que norteiam iniciativas open source.

Neste exercício de poder, para Nietzsche, o homem atenderia a uma vontade íntima conduzido por excitações, parâmetros de prazer e desprazer capazes de movê-lo em busca do acúmulo de forças. É nesse querer-tornar-se-mais-forte que residem as pulsões, uma pluralidade de instintos que se exprimem de maneiras diversas, culminando com a vontade/necessidade de dominação. O

conhecimento gerado pelo desejo de posse do olhar à vida relaciona-se a uma subjetividade orgânica na qual se criam condições particulares de percepção para cada indivíduo. Com isso, Melo Sobrinho (2004) constata que falar em verdade objetiva perde qualquer sentido.

A objetividade é tida como utópica também na visão de Humberto Maturana (1995), quando considera indissociável o conhecimento produzido daquele que o produz, de onde postula um dos aforismos mais presentes em sua obra: “Tudo o que é dito, é dito por alguém” (p. 69). As particularidades autorais de qualquer observador aparecem, invariavelmente, fixada no olhar que este lança ao mundo e nas descrições que sugere como matéria de conhecimento. Os âmbitos social e humano, inclusive com suas raízes biológicas, não sofrem descontinuidade, interferindo-se mutuamente na construção de sujeito e objeto. Tal encadeamento de instâncias de produção de conhecimento a partir de diversas visões do real leva o autor chileno a concatenar ação e experiência, o que justificaria o fato do mundo **ser** tal como **parece ser** a cada indivíduo, legitimando as particularidades de sua observação como a própria realidade. Assim, cada visão produz um mundo próprio da experiência singular do observador agregada ao ato do conhecer. O conhecimento, portanto, residiria em toda e qualquer ação do ser humano.

Se “todo o fazer é conhecer e todo conhecer é fazer” (Maturana, 1995, p.68), esta relação implica um exercício contínuo de interpretação que, pelas singularidades de cada indivíduo originará não uma, mas várias verdades. Ao alocar na pluralidade as raízes do perspectivismo, Nietzsche toca na questão

da objetividade, justamente reposicionando-a na contramão de conceitos que a relacionam com a verdade absoluta:

“De acordo com o perspectivismo de Nietzsche, a maior objetividade que um conhecimento pode alcançar reside na maior diversidade de perspectivas que ele pode acolher. *“Tarefa: ver as coisas tal como são! Meio: poder observá-las com mil olhares, a partir de muitas pessoas”* (Melo Sobrinho, 2004, p. 6).

As aparências projetadas por uma construção de sentido sempre relacional, envolvendo uma gama de aspectos que circunscrevem o estar-no-mundo de cada indivíduo, compõem um grande jogo de forças produzido pela ação-reação entre sujeito e objeto. Forças que encontram na subjetividade do corpo – e no ambiente informacional – uma arena da vontade de poder.

4 **Objetividade metafísica versus Jornalismo em devir**

A genealogia do perspectivismo nietzscheano aponta a impossibilidade de qualquer verdade absoluta, aniquilando a dicotomia metafísica do mundo aparente e do mundo real. Destruindo todas as certezas imediatas, Nietzsche desafia ao perigo da instabilidade, da insegurança, das possibilidades inúmeras cabíveis ao domínio da interpretação. Ao superar a metafísica, Nietzsche afirma o devir como o processo onde a vontade de poder produz aparências, identidades móveis, verdades momentâneas e fluidas (Melo Sobrinho, 2004). Se metafísica

é fixação do ser e devir é fluxo, cabe comparar, ainda que brevemente, a objetividade pretendida na mídia tradicional aos preceitos da metafísica de um lado e, em face oposta, o Jornalismo online concatenado ao devir.

Lembrando as orientações balizadas pela busca da objetividade nos manuais de redação, citadas no início deste artigo, agregase a idéia Roger Clausse quando afirma que “o Jornalismo destina-se ao relato verdadeiro e à explicação dos fatos de relevância social” (apud Chaparro, 1994, p. 109) ou ainda à leitura que Sponholz (2003) faz sobre o ato de informar como sendo a principal tarefa do Jornalismo. A autora entende objetividade como uma relação entre duas realidades – social e midiática –, sem a qual não é possível transmitir informações e, segundo seu viés, não se faz Jornalismo. Nota-se que a ênfase dada ao caráter **transmissionista** da práxis midiática limita a análise tão-somente aos meios de massa, onde uma corrente vertical subscreve a relação da imprensa com seu público. Na mídia tradicional, onde as interações mútuas ocorrem por meio de distantes pesquisas de mercado ou – o que é ainda mais grave – dentro dos universos isolados do produtor de conteúdo e do público, não se questiona a procedência de um Jornalismo constituído por um olhar único – o da esfera emissora. Exime-se mesmo o leitor de empreender “complicados exercícios mentais” na busca por informações complementares a uma notícia, conforme aponta o manual de redação da Folha de São Paulo ao afirmar que o “jornal deve relatar todas as hipóteses sobre um fato, em vez de esperar que o leitor as imagine” (apud Chaparro, 1994, p. 81). Eis um modo ironicamente gentil de tolhir moralmente o livre acesso à informação diversa, descumprindo o artigo 19 da Decla-

ração Universal dos Direitos Humanos, incorporada em 1948, que diz:

“Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui o de não ser molestado por causa de suas opiniões, o de investigar e receber informações e opiniões e o de difundi-las sem limitação de fronteiras, por qualquer meio de expressão” (Chaparro, 1994, p. 82).

Fortemente polarizado, o Jornalismo de massa, cujo grau de interação mútua é desprezível, oferece um noticiário orientado pelos princípios deontológicos da verdade caracterizando-se, sobretudo, pela soberania da notícia enquanto reflexo fiel da realidade na retórica dos *speakers*. Como enfatizado no início, não é pretensão deste artigo provar que objetividade jornalística inexistente em ambientes analógicos ou digitais, mas chegar a um entendimento do Jornalismo online como práxis perspectivista.

Quanto a esta dicotomia, Gomes (1993) elabora uma série de argumentos contra a visão perspectivista no Jornalismo, cuja comparação ao noticiário digital parece urgente. Pressupondo o Jornalismo como “elemento definidor da cultura e da sociedade contemporâneas”, o autor relaciona conceitos de fato, notícia e produção de sentido. Ao que toca à notícia, Gomes a descreve como “textos dotados de sentido que, por sua vez, falam de fatos; são objetos com os quais um sujeito (o leitor) pode entrar em comunicação ou interação linguística” (2003, p. 65). Se na mídia impressa a comunicação que o leitor estabelece com a notícia configura “interação linguística”, no ciberespaço

expande-se à co-produção do noticiário, o que liberta o “sujeito” de sua condição de leitor, chancelando-o como co-autor. Ao tratar o leitor como intérprete de uma tessitura discursiva, o autor encontra o ápice da notícia na produção de sentido, um nível de interação há muito ultrapassado pelas possibilidades do interagente produzir não apenas sentido – e numa esfera muito particular – mas de criar novas informações a partir do próprio olhar e torná-las públicas.

Outro momento ainda mais agudo é quando o autor decreta: “A notícia é verdadeira quando diz a verdade a respeito dos fatos. Essa fórmula muito simples, exprime a convicção comum de que a verdade pode residir no discurso que é a notícia e que a verdade situa-se numa forma de *adequação* entre a notícia e o fato que se noticia” (2003, p. 69). O conceito de verdade estabelecido por Gomes, claramente inspirado no aristotelismo medieval, satisfaz-se com a aproximação entre a coisa em si e a representação que se faz a respeito dela. Extrapolando os postulados de Nietzsche, que negam a existência de qualquer “coisa em si”, questiona-se a quantidade de adequações possíveis entre a realidade – o fato – e sua representação – a notícia, para usar os termos do autor. Na mídia tradicional esta adequação é única, especialmente quando se trata de coberturas internacionais por agências noticiosas. Tomando este mesmo exemplo, especificamente em casos de desastres como o ocorrido no World Trade Center em Nova York ou no sudeste asiático provocado pelas Tsunamis, o noticiário digital contou com uma variedade de testemunhos nunca antes vista. Seria uma releitura da objetividade dos muitos olhos, anunciada por Nietzsche, atualizada em blogs, fotologs,

vídeos amadores e sites de Jornalismo Open Source² alimentados por vítimas, parentes, entidades de apoio, atores centrais dos episódios.

A interação mútua, visível e fortalecida em casos como estes, onde o público assume o posto de informante, promoveria a vertente do construtivismo estilo século XIX, defendida por Nietzsche (Gomes, 1993), segundo o qual não apenas a realidade é constituída; constituída também é a consciência constituinte, atravessada por linhas que não controla, visitada por influências que não domina (o desejo, os apelos econômicos, a linguagem). Cogita-se até mesmo que o convite à interação, à publicação de relatos, à interferência no noticiário online seja um apelo midiático de caráter mercadológico, onde a sensação de pertencimento e de poder sobre o ato enunciativo sejam oferecidos como atrativos pelos canais de mídia online. Uma armadilha, possivelmente, se o próprio meio de publicação não estivesse sob o domínio do público. Para além de enquetes e fóruns promovidos por portais e representações digitais de produtos jornalísticos, a produção efetiva de conteúdo – do texto à publicação – legitima o olhar do internauta como uma das tantas perspectivas sobre a história narrada. A filtragem da leitura e a aceitação do conteúdo midiático fica cada vez mais a cargo do leitor, que escolhe a teia que tecerá nas infovias e, não contente, ainda tem em mãos as condições técnicas necessárias para interferir no hipertexto e produzir sua própria

² Moura (2002) associa Jornalismo Open Source à possibilidade de várias pessoas – e não apenas jornalistas – escreverem, dando sua opinião impedindo a proliferação de um pensamento único; uma atividade que situa-se entre o webzine e o fórum, característica de projetos como Slashdot.

adequação entre aquilo que vê e a representação que faz.

O livre trânsito de informações assim como a abertura dos modos de publicação preocupam Sfez (1994) quando agregados às demais “tecnologias do espírito”. A superação do **paradoxo** sobre a obrigatoriedade da não-contradição, a estrutura em **rede** onde a circulação em qualquer direção é possível e ainda a **simulação** são fenômenos que se refletem na **interação** caracterizando-a como a “emergência da era da confusão”. Alertando para a possível perda de identidade do sujeito que se integra à lógica da máquina, Sfez observa a interação generalizada como uma aliança de amizade entre o homem e o computador, ao invés de fortalecer seu olhar àquela interação que implica na criação comunitária possível tão-somente entre humanos, com ou sem a mediação da máquina. Não é possível, portanto, reduzir a interação a um pronto-socorro às vítimas da perda de potencial criativo, pois quando se fala em interação mútua, ou no contato entre humanos mediado pela tecnologia o que se tem não é a “mecanização da memória”, mas o estabelecimento de um canal legítimo de intercâmbio de idéias.

Se idéias, distintas e críticas, sustentam a hipótese de um Jornalismo perspectivista, Gomes trabalha ainda com a posição relativista, onde uma notícia teria sua verdade ou falsidade relativizadas enquanto seriam sempre verdade para alguém ou falsidade para alguém, visto que o parâmetro que a valida ou invalida é o ponto de vista de cada um. Diante disso, o autor responde que mesmo em uma postura relativista há uma contradição de base: a que afirma ser verdade pública a inexistência de verdades públicas. Ora, parece ingênuo manter uma orientação

maniqueísta a esta altura, cujos pólos estejam fixados na verdade absoluta ou no ceticismo intransigente. Ao flexibilizar a construção de realidades particulares e plurais, o Jornalismo online orientado pelo perspectivismo não pretende-se um anunciador das muitas verdades, o que invalida o argumento de contradição. Trata-se de uma quebra não somente do modo de *fazer* Jornalismo, mas de *concebê-lo* socialmente.

A concepção do Jornalismo online como prática perspectivista requer, indubitavelmente, uma reconfiguração de cenário noticioso – da parte de quem faz, de quem lê, do que é e para que serve a notícia. Inserido em um devir, o Jornalismo online chama a si a tarefa desequilibradora de promover o debate, de incitar à reflexão, de abrir espaços e provocar questionamentos de ordem intelectual. Estes traços ficam visíveis em iniciativas de Jornalismo Open Source como Slashdot³, onde cada notícia – publicada por um internauta leigo, que julga-se capacitado a discorrer sobre um tema que lhe parece ser de interesse comum – serve de ponto de partida a uma discussão que é desenvolvida nos moldes de um fórum. Outro exemplo é o projeto Indymedia⁴, onde a publicação de informações é liberada a qualquer internauta, independente de edições prévias ou identificação. No ciberespaço, a notícia abdica de sua tarefa soberana de enunciativa da verdade para assumir o papel de provocação, uma intimação ao raciocínio, à construção particular e coletiva do ambiente em que opera. Se na mídia tradicional a notícia *é*, no ciberespaço a notícia *está*, no que

implica a instabilidade, a fluidez e a transitoriedade do conteúdo noticioso.

Tal reconfiguração alinha-se à pluralidade de vozes e olhares inerente ao ambiente digital. Neste hipertexto flutuante, as diversas visões de realidade conjugam-se numa leitura particularizada, atendendo à demanda de autonomia e livre arbítrio de cada indivíduo na fruição do conteúdo noticioso. Isso porque a potencialidade da interação faz do ciberespaço o primeiro ambiente onde, jornalisticamente, é permitido ao interagente construir sua perspectiva de realidade na forma de mensagem midiática. Observa-se, no entanto, que antes de chegar a um novo modelo de Jornalismo, alguns críticos do ciberespaço esbarram na hipótese de desintegração da notícia em suporte online, da deslegitimação do profissional de imprensa, mergulhando num maniqueísmo capaz de creditar o status jornalístico tão somente à informação produzida distante do público – sua pretensa razão de ser –, ou seja, no exílio das redações. Sfez (1994) extrapola o universo midiático e pensa em nível de Comunicação. A liberdade absoluta de fluxo de informação posiciona o autor num terreno movediço: “A realidade bem pensante e bem distinta dos objetos que me cercam passa a ser imperceptível, sua representação em formas discretas me escapa, vejo-me perante um contínuo flutuante de pontos de vista opostos e simultaneamente válidos” (p. 270).

Ao invés de pensar-se em anulação, propõe-se a recriação. Ao invés de produtor de conteúdo - algo que todo internauta pode ser – acredita-se no jornalista da web enquanto mediador de um processo comunicacional muito mais complexo do que o praticado nos media tradicionais, porque conta,

³<http://www.slashdot.org>

⁴<http://www.indymedia.org>

agora, com a presença do público leigo interferindo diretamente na sua produção.

Não parece fatal, portanto, agregar o produto das interações do público com a notícia, com o Jornalismo online. O que é necessário, antes de mais nada, é entender que Jornalismo já não é mais um território feudal, que objetividade depende daquilo que repudia – a diversidade de olhares –, que imparcialidade é uma utopia e que se há uma realidade, ela é construída pelo olhar de cada um. Ora, se Jornalismo é o conhecimento do cotidiano traduzido numa esfera midiática, parece elementar permitir que os próprios atores do cotidiano – as pessoas – manifestem o seu conhecimento. O que toca ao jornalista, a esta altura já não é mais o julgamento ou mesmo a investigação da verdade singular, mas a *mediação* de um espaço midiático feito por muitas e diferentes perspectivas. Algo como uma moderação que vai além da técnica, que extrapola os limites da linguagem jornalística, da elaboração do lead, do verbo direto no título da matéria. Uma orientação capaz de promover o debate, de equilibrar espaços e causar novos desequilíbrios, quase uma administração do que se torna público e que vem do público.

5 Referências bibliográficas

- AMARAL, Luiz. *A objetividade jornalística*. Porto Alegre: Sagra : DC Luzzatto, 1996
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística*. São Paulo: Summus, 1994
- KLOCKNER, Luciano. *A notícia na Rádio Gaúcha: orientações básicas sobre texto, reportagem e produção*. Porto Alegre: Sulina, 1997
- Manual de ética redacional e estilo*. Org. Zero Hora. Porto Alegre: L&PM, 1994
- Manual de Redação Folha de São Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2001
- MARTINS Filho, Eduardo Lopes. *Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo*. 3ª edição. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997
- MATURANA, Humberto. *A árvore do conhecimento. As bases biológicas do entendimento humano*. Campinas: Workshopsy, 1995
- MELO Sobrinho, Noéli Correia de. *Friedrich Nietzsche: perspectivismo e superação da metafísica*. Comum - Rio de Janeiro - v.9 – no. 22 - p. 5 a 38 - janeiro / junho 2004
- MOURA, Catarina. *Jornalismo na era Slashdot*. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, 2002. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=moura-catarina-jornalismo-slashdot.html
- NIETZSCHE, Friedrich. *Genealogia da moral - Uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998
- NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001
- PRIMO, Alex. *Interação mútua e interação reativa: Uma proposta de estudo*. XXI Congresso da Intercom – Recife, PE, setembro de 1998, anais.

SFEZ, Lucien. *Crítica da Comunicação*.
Edições Loyola: São Paulo, 1994

SPONHOLZ, Liriam. *Objetividade e a teoria do conhecimento*. Observatório da Imprensa, 28/10/2003. Disponível em:
<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/da281020031.htm>
(acessado em: 12/12/2004)